

poder faraónico num contexto em que permaneceu (com algumas interrupções) cerca de três mil anos, acabando por se desvanecer com a anexação romana. É importante referir, ainda, que esta obra continua um louvável processo de publicações nacionais sobre o Antigo Egipto. Em suma, o rigor e o método observado neste livro tornam a sua leitura imprescindível, sobretudo para aqueles que, como nós, se interessam e entusiasmam com este tipo de ensaios sobre os temas da política, ideologia, cultura e propaganda do Egipto faraónico, mormente os que se dedicam ao período dos Ptolomeus.

Eduardo Ferreira

Universidade de Lisboa, Centro de História

FERNANDO FERNÁNDEZ PALACIOS (2014), *Assurbanipal, un rey asirio ilustrado*. Cuenca, Editorial Alderabán, 184 pp. ISBN 9-788495-414564 (20.00€).

O Autor do volume que aqui recenseamos é doutorado em Geografia e História pela Universidade Complutense de Madrid, na especialidade de História Antiga, tendo já publicado diversos textos sobre a realeza do Império Neo-assírio, entre outros temas. A presente monografia é dedicada a um dos mais famosos reis assírios, o requintado e cruel Assurbanípal, que reinou entre 668-630 a. C.

Aos agradecimentos (p. 11) segue-se um breve prólogo (pp. 13-15) da autoria de Federico Lara Peinado, professor catedrático da Universidade Complutense de Madrid e conhecido especialista na fulcral matéria aqui tratada, sobre um monarca e um povo da Antiguidade pré-clássica, «considerado de mala reputación – a la vista de la Biblia y de no pocos de sus magníficos e inquietantes relieves – pero en cualquier caso de compleja historia, todavia no desvelada en su totalidad».

Na introdução (pp. 17-23) o Autor enumera as várias obras dedicadas ao assunto por ele estudado, algumas das quais serviram de base para o seu texto, desde as fontes mais antigas, como Heródoto (apesar de o texto do escritor grego estar pejado de erros), Beroso (sacerdote babilónio do século III a. C.), e as próprias fontes assírias, apesar de também não oferecerem crédito em muitos passos, a começar pelos chamados «Anais de Assurbanípal», os quais «producen más confusión que claridad».

O capítulo I apresenta «El marco geográfico, humano y histórico» (pp. 25-30), e aqui o leitor fica a conhecer o essencial da geografia da região do Alto Tigre e as zonas envolventes que então faziam parte do vasto Império Neo-assírio, remontando a tempos mais antigos quando a região era conhecida como Subartu. Um aspeto que irá moldar a formação da Assíria e até a mentalidade do seu povo é a ausência de fronteiras naturais, facilitando a

penetração (por vezes de cariz violento) de povos nómadas que motivaram fases de intranquilidade e de perturbação no reino tigrino. Merecem destaque as grandes cidades, a começar por Nínive (perto da qual fica hoje a cidade de Mossul) e Assur, que foram grandes capitais da Assíria, cuja história sucinta é apresentada, desde a dinastia dos *waklu*, ou «moradores de tendas» (cerca de 2150-2000 a. C.), aos sargónidas.

No capítulo II revemos o percurso incerto do jovem herdeiro Assurbanípal até à sua subida ao trono, em competição com outros candidatos, num tempo de agitação e de violência na corte (pp. 31-37). Um dos problemas estruturais da Assíria era a questão da sucessão, resolvida em geral com uma série de assassinatos entre os membros da família real até sobrar um herdeiro do trono. Já o avô de Assurbanípal, o cruel Senaquerib (705-681 a. C.) tinha resolvido pela força e habilidade o problema da sua sucessão, que coube a Assarhadão (681-669 a. C.), e este, por sua vez, repartiu o império entre Assurbanípal (que era o terceiro filho do rei) e Chamach-chumukin, dois irmãos que em breve iriam ficar inimigos. As fontes desse tempo sugerem que o jovem Assurbanípal recebeu uma educação requintada, sobretudo no domínio da escrita e da leitura de textos, mesmo os mais antigos da Suméria (o que implicava saber sumério), e que beneficiou do decisivo apoio de sua avó, a enérgica rainha Zakutu.

«La complicada coyuntura política» é o tema do capítulo III (pp. 39-40), quer a nível interno quer externo. O novo rei começou por concluir as operações de conquista do Egito, iniciada por seu pai, se bem que a longa distância entre o coração da Assíria e o país do Nilo levasse, pouco depois, à evacuação das tropas assírias. Quanto ao interior do país, a política de deportações em massa levada a cabo pelos seus antecessores levou a que se forjasse uma amálgama de gentes, línguas e culturas, sendo o aramaico a língua mais usada, mesmo ao nível da administração.

Com o capítulo IV (pp. 41-68) ficamos a conhecer a inquietante lista dos muitos «Enemigos a batir», desde o Egito, a «cana partida», como lhe chamavam os Assírios, a Babilónia (com a revolta de Chamach-chumukin), algumas cidades portuárias da Síria-Palestina, o Urartu, um reino montanhoso situado a norte, e que já havia sido castigado por Sargão II, o País do Mar, no Sul da Mesopotâmia, e o Elão, que sucumbiu depois de vários anos de tenaz resistência. Este capítulo trata ainda das relações entre a Assíria e outros países e povos: Medos, Persas, Arameus, Árabes, além de «países exóticos» e de nómadas como os Cimérios e Citas.

Os complexos mecanismos de poder são analisados no capítulo V (pp. 69-83), e aqui se percebe como o rei assegurava o firme poder no Império, ele que era visto como vigário do deus Assur, a quem os países vizinhos e as regiões dominadas deviam temer, sendo as relações definidas através de tratados *adé* (que, naturalmente, beneficiavam a Assíria). A unidade do Império era garantida pelo rei, e a instituição monárquica era, ao mesmo

tempo, a força e a debilidade da Assíria. São enumerados os diversos cargos de âmbito militar e administrativo, a organização do clero e o papel da religião, o papel do exército, os instrumentos táticos, a administração central e a organização provincial, os recursos económicos e o funcionamento do sistema fiscal.

O capítulo VI sintetiza as «Nociones generales de arte» (pp. 85-86), avultando a arquitetura com os seus palácios e templos, com influências anteriores da Acádia e mais recentes da Síria (com o pórtico conhecido por *bit-hilani*), a escultura e o uso de placas de pedra que revestiam as paredes de adobe, mas não se lê nada sobre a pintura (embora escassa, revela alguns indícios), a estatuária (também com poucos exemplares) e as artes decorativas, com destaque para os metais e os marfins, que não são referidos.

Podemos apreciar os palácios de Nínive, especialmente o palácio do norte, no capítulo VII (pp. 87-98), cujo modelo foi o palácio de Nimrud (Kalakh) construído por Salmanasar I e aumentado por Assurnasirpal II (883-859 a. C.), onde foram encontrados magníficos baixos-relevos (um dos quais está no Museu Calouste Gulbenkian). Merece justificado destaque o programa de construções levado a cabo por Assurbanípal, desde a capital a outras cidades do Império, com os típicos e apotropaicos *lamassu* protegendo a entrada de templos e palácios e a temática das placas que revestiam as paredes.

Com o capítulo VIII entramos nas bibliotecas de Nínive (pp. 99-104), uma entre os vários estabelecimentos do género encontrados nas ruínas de espaços urbanos antigos no Médio Oriente (Mari, Ugarit, Alalakh e Ebla). O culto e letrado Assurbanípal acabou por seguir uma tradição que já vinha de reis anteriores na criação de bibliotecas, tendo as escavações no local revelado a existência de mais de 30 000 tabuinhas e fragmentos, cujo estudo tem revelado aspetos fundamentais da história, cultura, religião, mitologia, administração, política internacional, sendo de sublinhar que muito do que hoje se sabe sobre a literatura suméria se deve à sua conservação na biblioteca de Nínive.

A religião é o assunto abordado no capítulo IX (pp. 105-111), conhecendo-se o essencial acerca do culto e dos ritos oficiais e quase nada sobre a religião popular. Claro que o grande deus era Assur, cultuado a par de Chamach, Ninurta, Adad, Sin, Nabu, Bel (Marduk), e entre as deusas avultava Istar. A cerimónia mais importante era a festa do Akitu, ou do Ano Novo (que podia ser celebrada em qualquer altura do ano), onde o rei assírio tinha um papel de destaque.

O capítulo X é dedicado à personalidade do monarca (pp. 113- 116), visto como um homem amante do luxo, ambicioso e cruel, mas que não é diferente dos monarcas anteriores. Ele era, enfim, um homem do seu tempo, como lembra o Autor, para quem a sua «constituición enfermiza» acabou por empurrar para o mundo das letras e da ciência (ele gabava-se de poder solu-

cionar difíceis problemas de divisão e multiplicação), além de ser possuidor de um gosto muito refinado e um caráter infatigável.

No capítulo seguinte vemos Assurbanípal como político (pp. 117- 121), à frente de um país dotado de um poderoso exército que servia os interesses de uma monarquia absoluta fortemente centralizada. O rei era o supremo sacerdote do deus Assur, geria as questões judiciais e administrativas, liderava o exército ou delegava a sua autoridade no *turtanu* (um general), e controlava «muy de cerca todos los resortes del poder».

O capítulo XII recorda a vida quotidiana durante o reinado de Assurbanípal (pp. 123-128), pesando muito a defesa da integridade familiar e da propriedade, com certo domínio da monogamia (embora pudessem existir concubinas recrutadas entre as jovens escravas). É analisada a escravatura, a vida social, a alimentação, as diversões e a habitação, com evidentes diferenças entre as casas simples da população em geral e os palácios dos reis e dos grandes senhores.

O direito e a ciência constam no capítulo XII (pp. 129-132), concluindo-se que a legislação assíria se preocupava bastante com o detalhe e que as leis eram mais severas que as suas congêneres vizinhas, nomeadamente as de Babilónia. Sabe-se que o direito consuetudinário da Assíria foi compilado pelo rei Tiglatpileser I (c. 1115-1077 a.C.), reunindo leis anteriores, e é graças aos arquivos reunidos por Assurbanípal em Nínive que ficamos inteirados sobre os principais aspetos da legislação. Quanto à ciência, que tinha uma longa tradição na Mesopotâmia, desde o tempo dos antigos Sumérios, ficou-se com uma ideia razoável dos conhecimentos dos letrados e sacerdotes assírios no âmbito da astrologia, do calendário e da medicina.

No capítulo XIV o Autor lembra o que foi o final do reinado de Assurbanípal e os tempos pouco documentados que não permitem hoje, à luz dos dados disponíveis, ter uma ideia abalizada (pp. 133- 135). Ficam-nos por isso várias conjecturas que Fernández Palacios vai reportando e analisando.

E se o final do reinado de Assurbanípal continua envolto em incertezas, o tempo que se seguiu também não está definitivamente esclarecido, como bem se percebe com o último capítulo (pp. 137-141), no qual desfilam perante nós os trágicos eventos que se remataram com a queda de Assur e de Nínive, caminhando a par e passo a decadência e queda da Assíria com a ascensão da Babilónia e do Império Medo.

Na conclusão (pp. 143-144) o Autor lembra que Assurbanípal herdou problemas estruturais de ordem político-militar que foi resolvendo até meados do seu reinado. Para a segunda fase temos menos dados, mas parece que as tensões entre o clero e poder real se terão avolumado, as rivalidades entre os membros das classes privilegiadas também se agudizaram. Com o grande rei assírio desapareceu o fulgor de um dos mais notáveis impérios que existiram sobre a Terra, sendo Assurbanípal recordado como uma figura histórica relevante, «para bien o para mal de la Humanidad».

O volume remata com uma lista dos monarcas contemporâneos de Assurbanípal (pp. 145-146), onde constam reis de Babilónia, do Egito (Taharka e Psametek I, tendo faltado no meio Tanutamón), do Elam, de Judá (devendo aqui ser emendadas as datas do reinado de Josias: 640-609 e não 640-639) e de Urartu, completada na p. 147 com a cronologia, a qual vai desde o período assírio antigo (c. 2000-1750 a. C.) até à morte de Assurbanípal, ocorrida em 627 a. C. (contradizendo a data indicada no prólogo por Lara Peinado, que refere o ano 630 a. C.). Seguem-se as referências a tratados internacionais assinados no reinado de Assurbanípal, de acordo com as fontes assírias (p. 149), mais os tratados domésticos de 672 a. C. (promoção de Assurbanípal e de Chamach-chumukin) e de 669 a. C. (ascensão de Assurbanípal ao poder supremo na Assíria). Finalmente, na p. 151 constam algumas fontes epigráficas, e na p. 153 a genealogia dos últimos reis da Assíria, desde Sargão II a Assuretelilani e Sinchariskun, filhos de Assurbanípal.

Segue-se a bibliografia (pp. 155-167) e um apêndice bibliográfico (pp. 169-171), as ilustrações (pp. 173-181) e o índice geral (p. 183), fechando uma obra que será útil para estudantes e público em geral.

Luís Manuel de Araújo

Universidade de Lisboa, Centro de História

ANTÓNIO DE FREITAS (2015), *Os deuses e a origem do mundo*. Lisboa, Quetzal Editores, 146 pp. ISBN978-989-722-227-6 (14.40€).

O presente volume define-se a si mesmo como sendo uma antologia de textos cosmogónicos, “que têm sido considerados fundamentais para a nossa civilização que, ainda chamada “ocidental”, descansa sobre os ombros de várias civilizações reconhecidas como “orientais”, em particular do chamado Próximo Oriente” (7-8). Ao longo dos 14 pequenos capítulos que compõem a obra, foram reunidos extractos de variada extensão para uma dúzia de unidades literárias de tema mais ou menos cosmogónico, intercalando com algum outro capítulo a servir de introdução ou de transição. Uma dúzia de temas pertencentes a outras tantas unidades literárias ficam a representar essencialmente as literaturas do Próximo Oriente (Mesopotâmia, Palestina e Anatólia) e finalmente da Grécia, acrescentando um texto da literatura védica, proveniente da Índia. Este concentrado de perspectivas cosmogónicas tem o seu núcleo de identidade situado em torno às civilizações antigas do Mediterrâneo. A própria Mesopotâmia não desdiz dessa pertinência cultural. É uma zona que tem implicadas cumplicidades ao nível da civilização partilhada e da sua mitologia fundamental, muito conotada com o espaço imaginário do Mediterrâneo.